

## PODER NA FALA DE MULHERES NEGRAS: ESCRITA E RESISTÊNCIA

### POWER IN BLACK WOMEN'S SPEECH: WRITING AND RESISTANCE

Francisca Kellyane Cunha Pereira<sup>1</sup>

Universidade Federal do Ceará

**Resumo:** A presença de mulheres negras na literatura brasileira foi invisibilizada durante muito tempo. Ocupando um espaço de dupla opressão, corpo negro e feminino, foram silenciadas e suas histórias abafadas. Entretanto, com os espaços de discussão sendo ampliados, diversas pensadoras e escritoras negras têm obtido voz, como Grada Kilomba, e Sueli Carneiro. O feminismo negro e as diversas discussões sobre racismo na sociedade brasileira possibilitam o empoderamento e a representatividade de figuras femininas como produtoras de conhecimento e referências para estudos e pesquisas. A partir de conceitos como lugar de fala e “escrevivência”, tornam-se imprescindíveis as discussões raciais e de gênero, partindo do ponto de vista do negro enquanto produtor do conhecimento, não apenas como objeto de estudo. Como arcabouço teórico, utilizaremos os escritos de Lélia Gonzalez (1984), Djamila Ribeiro (2019) e Gayatri Chakravorty Spivak (2010), além de uma breve análise da obra de Conceição Evaristo (2018). Pensar no corpo negro em espaços de formação intelectual, como universidades, é o primeiro passo para a reorganização social e a diminuição das desigualdades entre brancos e negros no Brasil, afinal, não é negando o racismo estrutural em que estamos inseridos que poderemos combatê-lo.

**Palavras-chave:** Autoria negra; Resistência; Feminismo negro.

**Abstract:** The presence of black women in brazilian literature has been invisible for a long time. Occupying a space of double oppression, black and female bodies, they were silenced and their stories muffled. However, with spaces for discussion being expanded, several black thinkers and writers have gained a voice, such as Grada Kilomba, and Sueli Carneiro. Black feminism and the diverse discussions about racism in brazilian society enable the empowerment and representation of female figures as producers of knowledge and references for studies and research. Based on concepts such as the place of speech and “escrevivência”, racial and gender discussions become essential, starting from the point of view of the black as a producer of knowledge, not just as an object of study. As a theoretical framework, we will use the writings of Lélia Gonzalez (1984), Djamila Ribeiro (2019) and Gayatri Chakravorty Spivak (2010), in addition to a brief analysis of the work of Conceição Evaristo (2018). Thinking about the black body in spaces of intellectual formation, such as universities, is the first step towards social

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará (2016). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Estadual de Feira de Santana (2018). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade Federal do Ceará. Especialização em andamento em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, na Unilab (CE). É professora de língua portuguesa para alunos de ensino fundamental e médio em escola da rede privada em Feira de Santana. Participa como editora no periódico Entrelaces (UFC). Pesquisa os aspectos de androginia, confluência de masculinidade e feminilidade em personagens de Mia Couto. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Português e Espanhol, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura africana, feminino, masculino e contos. Email: [kellyanefkcp@gmail.com](mailto:kellyanefkcp@gmail.com)

reorganization and the reduction of inequalities between whites and blacks in Brazil, after all, it is not by denying the structural racism in which we are inserted that we will be able to fight it .

**Keywords:** Black authorship; Resistance; Black feminism.

**Submetido em 31 de janeiro de 2021.**

**Aprovado em 25 de maio de 2021.**

## **Introdução**

O presente artigo busca discutir como a produção literária e intelectual de mulheres negras rompe o silêncio imposto pelo racismo na sociedade brasileira. Enquanto a formação do conhecimento e das artes é monopolizada por sujeitos que reiteram o patriarcalismo e o racismo estrutural no Brasil, não há mudança na perspectiva dos indivíduos marginalizados, sendo as mulheres negras duplamente violentadas em um sistema que fere o feminino e o corpo negro. Tomaremos como base o pensamento Gayatri Spivak (2010), em *Pode o subalterno falar?*, que trata de construção de condições nas quais as minorias possam falar, questionando o *status* do oprimido como sujeito de fala.

Assim, se mostram de grande importância as obras de pensadoras como Grada Kilomba, Djamilia Ribeiro, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Neusa Santos; assim como escritoras como Beatriz Nascimento, Cidinha da Silva, Maria Firmina dos Reis, Ruth Guimarães, Anajá Caetano, Marilene Felinto, Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves, Alzira Rufino, Cristiane Sobral, Geni Guimarães e Nina Rizzi. Além das publicações por vias tradicionais, destaca-se também a importância de movimentos artísticos de origem periférica, como o *Poetry Slam*, que tem se popularizado como meio de divulgação da produção feminina negra na cena independente, com declamações autorais, sem adereços ou instrumentos, apenas a voz, no improvisado ou decorado.

### **1. A fala da mulher negra como empoderamento**

Pensar nos conceitos de feminismo dentro da realidade brasileira deve abarcar diversos aspectos mais amplos que o próprio feminino, incluindo classe e raça dentro dessa equação. Em *O que é lugar de fala?*, Djamilia Ribeiro traz a urgência de analisar

os discursos e assim quebrar a visão dominante (patriarcal e de classe) da historiografia brasileira. A autora destaca o fato dos indivíduos somarem identidades, ponto que deve ser sempre ressaltado, pois trata-se de algo crucial nas discussões sobre feminismo, afinal coexistem diversas realidades dentro de um grupo, não devendo este ser encarado de forma hegemônica. Assim, ao falar de racismo, a autora trata de experiências, condições ou lugares sociais que impedem determinados indivíduos de acessarem espaços de cidadania (RIBEIRO, 2019).

Sobre essa exclusão, a filósofa define raça, classe, gênero e sexualidade como dispositivos sociais que se entrecruzam, formando novas formas de opressão e favorecendo as desigualdades (RIBEIRO, 2019). É possível inferir que o tratamento excludente que mulheres negras recebem gera o silenciamento de suas produções, sejam acadêmicas ou artísticas. Dessa maneira, estudamos durante o ensino básico diversos autores e autoras, em sua maioria brancos, por exemplo Clarice Lispector, Rachel de Queiroz e Cecília Meireles, enquanto escritoras negras, como Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, foram silenciadas e apenas muito recentemente estão entrando no cânone estudado nas escolas. O “memoricídio” que essas autoras sofrem não é por acaso ou por má qualidade de suas obras, mas sim por um racismo estrutural que as invisibiliza e não permite a divulgação de suas produções, colocando suas obras na margem do cânone literário. Assim, podemos inferir que “a literatura, espaço privilegiado de produção e reprodução simbólica de sentidos, apresenta um discurso que se prima em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra” (EVARISTO, 2005, p. 205).

Aprofundando a invisibilidade, o não acesso a espaços de produção de conhecimentos, como as universidades, acarretou durante muito tempo a inexistente ou baixa de produção intelectual desse grupo, fato que vem sendo desconstruído com diversas políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior. O fato de não poderem entrar nas universidades de forma justa impossibilitou que suas vozes fossem escutadas: “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2019). O negro deve ser produtor de conhecimento e utilizá-lo como ferramenta de mudança social,

contrariando o pensamento acadêmico arcaico, no qual homens brancos o viam apenas como objeto de estudo.

A partir disso, podemos refletir o porquê da grande insatisfação das classes altas brasileiras pela criação do sistema de cotas em universidades, já que isso tem como resultado a mudança do *status quo* e a diminuição dos abismos sociais. Lélia Gonzalez (1984) destaca como os negros, tratados como lixo pela sociedade, são inseridos na lógica da dominação como domesticáveis, sendo infantilizados ou tendo alguém que fala por eles. Entretanto, ao abrir espaço para que mulheres negras possam publicar e terem suas vozes escutadas, nas palavras da autora: “o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 1984, p. 225), torna-se possível uma reorganização das camadas sociais, diminuindo as desigualdades historicamente impostas.

A branquitude e os preconceitos relacionados à raça são heranças da nossa dificuldade em superar os padrões estabelecidos na ordem social escravocrata, assim não foi sequer necessário criar privilégios para os brancos, apenas realizar a manutenção de barreiras já consolidadas pelas camadas dominantes. Sobre isso, Florestan Fernandes (1978) defende que a simples omissão do “branco” possibilitou a perpetuação do *status* do negro no Brasil, além das debilidades históricas que formaram o regime de classes, colocando o “branco” como predisposto a precaver-se do “negro”. A presença do pensamento racista e das ações do Estado em excluir, segregar e impedir o acesso de pessoas negras aos meios de ascensão social são maneiras de perpetuar os problemas da “população de cor”.

Citando Spivak, Djamilia sugere que grupos subalternos não têm direito à voz, pois suas humanidades não foram reconhecidas (RIBEIRO, 2019, p. 74). Se os sujeitos, desde o processo de escravidão e colonização, foram diminuídos e desumanizados, seus direitos foram ao longo dos anos sendo cerceados, incluindo sua cidadania. Em *Mulheres, classe e raça*, Angela Davis estabelece um debate histórico sobre a condição de subalternidade e silêncio das mulheres negras escravizadas no sul dos Estados Unidos.

Davis faz uma oposição entre mulheres brancas e negras, pensando no gênero como denominador comum, e entre mulheres e homens negros, tendo a escravidão como baliza. Observa-se que a mulher negra escravizada se encontra em um espaço de

dupla opressão, pois enquanto força de trabalho é desprovida de sexo, tratada apenas como mão-de-obra: “Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero” (DAVIS, 2016, p. 24). Sua humanidade é tirada, sendo, assim como os homens escravizados, tratadas como objetos lucrativos dentro do sistema capitalista.

Apesar da opressão semelhante aos homens, as mulheres sofriam diferentes abusos, principalmente, sexuais. Com o fim do tráfico, as mulheres foram tomadas como meio de manutenção do sistema, pois filhos de mães escravas também eram escravos. As violências em seus corpos não eram por “desejo incontrolável” ou “amor proibido” de seus senhores, mas como mais uma forma de massacrar e diminuir as mulheres escravizadas. Não há, portanto, nenhum romantismo no sistema colonial e escravocrata, como é incutido por novelas e romances que minimizam os estupros como atos de relação amorosa entre senhores e escravas.

Angela Davis segue explanando que as mulheres negras não se enquadravam no padrão de feminilidade estabelecido no século XIX, o que, por sua vez, acabou afastando as mulheres brancas do mundo do trabalho, tornando-as mães e donas de casa. O arranjo familiar, diferente das famílias brancas, era matriarcal nas famílias negras escravizadas, sendo a mulher essencial na humanização do espaço hostil, na sobrevivência da comunidade e na resistência ao sistema opressor (DAVIS, 2016, p. 31). Essa força matrilinear persiste até os dias de hoje, sendo muito comum mulheres negras serem mães solas, trabalhando fora de seus lares, pois são elas as chefes da família.

O que Angela Davis demonstra no contexto americano de escravidão é também cabível para o Brasil, pois em ambos o capitalismo é a base de exploração do ser humano pelo ser humano. Assim, através de reminiscências vivas do passado, o antigo regime é reconstruído em vários níveis da sociedade brasileira atual. Se para enriquecer e ter progresso era necessário ter algum poder econômico e técnico, os negros eram excluídos desse processo desde o início, perpetuando as desigualdade sociais, definindo as camadas de elite em sobreposição aos demais. No que Florestan Fernandes (1978, p. 248) chama de “condição estamental do “liberto” na sociedade de castas e classe”, percebe-se a necessidade da valorização e abertura de produções científicas de mulheres

negras, para que estes sujeitos possam mudar o espaço de objeto para produtor de conhecimento, mais ainda, para que suas vozes sejam ouvidas.

A continuação das hierarquias raciais tomou caminhos científicos, segundo Pietra Diwan (2007), com constatações de que a impossibilidade do progresso brasileiro seria causada pela composição racial, formando entre os intelectuais uma posição preconceituosa sobre o Brasil e a mestiçagem. Médicos, escritores, filósofos e sociólogos atribuíram à miscigenação a dificuldade para o desenvolvimento no país. Isso reflete, nos dias atuais, em construção de estereótipos ao redor da raça e uma produção intelectual amplamente branca.

Pensando no aspecto literário, a formação social em castas implica também na pouca presença feminina na Academia Brasileira de Letras (com apenas oito escritoras em toda sua história) e a total ausência de mulheres negras. Fato exemplar dessa exclusão, em 2018, Conceição Evaristo foi indicada para ocupar uma cadeira na instituição, mas recebendo um único voto, não conseguiu adentrar a esse espaço de privilégio branco. Apesar da enorme campanha na internet para sua aprovação, Cacá Diegues foi o nomeado naquele ano.

Cabe destacar, entretanto, que a premiação não diminui em nada o papel fundamental de Conceição na literatura brasileira, sendo lida, publicada e amplamente discutida. Sua obra circula e tem sido traduzida, com muitas dissertações e teses sobre sua produção, em andamento ou publicadas. Ela é uma das autoras mais referidas em artigos e ensaios acadêmicos, além de palestrante requisitada.

Os caminhos que excluem o povo negro, e conseqüentemente as mulheres negras, das discussões intelectuais no Brasil são trilhados desde o início do sistema democrático, em que deveriam ser sempre silenciadas as agitações em torno do problema racial. Construiu-se assim o mito da democracia racial, as ideias de meritocracia e de que o brasileiro não é preconceituoso. O assunto incômodo, segundo Fernandes (1978), contribuiu para acorrentar os negros aos estereótipos do passado colonial, a condições sub-humanas de existência e a uma disfarçada servidão eterna. É válido destacar também o pensamento de Spivak (2010) sobre a produção intelectual que alimenta os discursos de opressão e representações pejorativas dos sujeitos.

Esse seria o motivo do ódio das classes dominantes a verem pessoas negras bem-sucedidas, exalando ofensas e injúrias, como as direcionadas à jornalista Maria Júlia Coutinho, atacada nas redes sociais ao ocupar um lugar de destaque em ambiente majoritariamente branco, no ano de 2015. Acerca da democracia racial no Brasil, Lélia Gonzalez, estabelecendo um confronto entre a posição da mulher negra no carnaval e na vida comum, diz o seguinte:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZALEZ, 1984, p.228).

A problemática que a autora destaca é a relação de servidão, de trabalho e sexual, das mulheres negras, também apresentada por Angela Davis, no contexto americano. Enquanto a mulata é exaltada por sua beleza no carnaval, que dura apenas quatro dias, a doméstica é subjugada em seu papel cotidiano. Sobre as violências dentro desse sistema, Lélia Gonzalez (1984) retoma a discussão de Davis e atenta para as consequências da visão do sexo entre senhores e escravas como algo puramente animalesco, fruto de “necessidades”, ou, de forma ainda mais problemática, a percepção da mulher negra em posição de servidão de trabalho e sexual.

Assim, se faz necessário repensar os papéis sociais exercidos por mulheres negras e como podem ser alterados. Nesse quesito, a produção literária desses sujeitos contribui ativamente na quebra desses paradigmas, rompendo o silêncio imposto e colocando em discussão o racismo vivido e praticado nos diversos âmbitos sociais, permitindo uma mudança da posição das mulheres negras. Esse seria o meio de ascensão do grupo oprimido, atingindo espaço dos quais foram excluídos e tomando para si o poder de falar sobre eles mesmos.

As classes dominantes acostumaram-se com o espaço por elas preestabelecidos, de enxergar mulheres negras em posição de servidão, como empregadas domésticas, conforme reiterado em produções televisivas ou cinematográficas, mulatas sedutoras ou mães pretas, por isso, no momento em que essas mulheres ocupam posições de

privilégio e espaços de fala, há desconforto e medo de uma reorganização das hierarquias sociais. Tal fato repercute também nos diversos casos de preconceito racial sofrido por mulheres negras de classe média, independente das roupas ou postura que apresentem.

## 2. Conceição e sua “escrevivência”

Vale destacar, em meio a grandes nomes da literatura feminina e negra, a obra de Conceição Evaristo, que estreou na literatura com contos publicados na série *Cadernos Negros*, na década de 70. Com grande notoriedade, sua obra *Ponciá Vicêncio* (2003) expõe questões sobre preconceitos de raça, gênero e classe, colocando a autora em listas de vestibulares de diversas universidades. Além da obra em prosa, Conceição publicou também sobre memória, empoderamento e beleza do corpo negro, como no livro *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017). Estão presentes as vozes dos antepassados e daqueles que formarão o futuro de seu povo, se misturando em sua poesia e gritando por liberdade, conforme os versos: “Na voz de minha filha/se fará ouvir a ressonância/o eco da vida-liberdade”. Destaca-se como diálogo do que foi exposto o poema *Meia lágrima*, que nos diz o seguinte:

### Meia lágrima

Não,  
a água não me escorre  
entre os dedos,  
tenho as mãos em concha  
e no côncavo de minhas palmas  
meia gota me basta.

Das lágrimas em meus olhos secos,  
basta o meio tom do soluço  
para dizer o pranto inteiro.

[...]

Certidão de óbito  
Os ossos de nossos antepassados  
colhem as nossas perenes lágrimas  
pelos mortos de hoje.

Os olhos de nossos antepassados,  
negras estrelas tingidas de sangue,  
elevam-se das profundezas do tempo  
cuidando de nossa dolorida memória.



A terra está coberta de valas  
e a qualquer descuido da vida  
a morte é certa.

A bala não erra o alvo, no escuro  
um corpo negro bambeia e dança.  
A certidão de óbito, os antigos sabem,  
veio lavrada desde os negreiros

(EVARISTO, 2017, p. 25).

Este poema, dialogando com o texto de Angela Davis, nos diz que “A certidão de óbito, os antigos sabem,/veio lavrada desde os negreiros”. A manutenção de estruturas de poder e dominação dos corpos negros tem continuidade e tomou novas formas de opressão. O eu lírico reitera isso, colocando em paralelo os olhos dos antepassados, “estrelas tingidas de sangue”, e a morte por bala perdida (ou não) em alguma comunidade. A polícia que mata, autorizada e protegida pelo Estado, em nada difere dos capitães do mato que, também dentro da lei, matavam e violentavam o povo negro. O eu lírico expõe a continuidade dessa violência na lágrima reconhecida como vinda da mesma dor: “Os ossos de nossos antepassados/colhem as nossas perenes lágrimas/pelos mortos de hoje”. Os mortos são os mesmo, pelas mesmas mãos e pelos mesmos motivos.

Em um tom pan-africanista, Conceição chama para a luta aqueles que foram massacrados, para que suas vozes sejam escutadas e as tiranias do passado não se repitam. O passado foi escrito com sangue e dor na escravidão, mas o futuro, que deve ser construído pela voz dos silenciados, reserva esperança e saberes de um contradiscurso libertador. Mais que contada, a história deve ser reescrita a partir das diversas perspectivas e vozes que não irão se calar.

Na obra de Conceição Evaristo, destaca-se *Olhos d'água*, coletânea de contos publicada em 2018. Em 15 narrativas, a autora explora a temática do racismo em diversas frentes, desde crianças em situações de violência a mulheres em dupla vulnerabilidade. Conceição escreve a partir de sua vivência, em um conceito cunhado por ela como “escrevivência”, definido pela autora como:

Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação. Surge a fala e um corpo que não é apenas descrito, mas antes de

tudo vivido. A escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra (EVARISTO, 2005, p. 205).

Ou seja, sua escrita visceral parte de sua trajetória de mulher negra e trabalhadora doméstica, adentra em sua prosa poética. Ela escreve o que viveu e vê seu povo sofrer, é escrita e vida, como “um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança” (EVARISTO, 2005, p. 202). Da citada coletânea de contos, destacam-se três narrativas: *Olhos d’água*, *Maria* e *Ayoluwa, a alegria de nosso povo*.

O conto que dá nome à obra, *Olhos d’água*, é uma narrativa em primeira pessoa, na qual vemos história da narradora ser a repetição da de sua mãe. A narrativa é permeada pela angústia da narradora em não conseguir se lembrar qual a cor dos olhos de sua mãe. A memória entra nesse conto como espaço de reencontro com sua ancestralidade: “Voltei, aflita, mas satisfeita. Vivía a sensação de estar cumprindo um ritual, em que a oferenda aos Orixás deveria ser a descoberta da cor dos olhos de minha mãe” (EVARISTO, 2018, p.18). A narradora, como muitos que necessitam migrar de sua cidade natal para grandes centros em busca de emprego, se vê obrigada a voltar para sua terra em busca dos olhos de sua mãe.

O retorno ao colo materno e à cidade de onde veio é o caminho de reencontro consigo mesma. Por fim, a narrativa tem um encerramento, que na verdade sugere um recomeço: “Hoje, quando alcancei os olhos de minha mãe, tento descobrir a cor dos olhos de minha filha” (EVARISTO, 2018, p.19). As três gerações compartilham o peso e a beleza da raça, os sorrisos e os olhos que transbordam. Comparados a um rio, são em realidade espelhos, nos quais se veem refletidas mães e filhas.

Um dos contos mais marcantes de toda obra, pela violência que parece tão próxima e viva e pela singeleza da personagem, *Maria* traz a história de uma mulher morta em um ônibus injustamente. A empregada doméstica inicia a narrativa levando para casa os restos de comida da festa da patroa. Esse fato é extremamente simbólico quando pensamos na manutenção dos papéis de subserviência que se encontram as mulheres negras, conforme apontado anteriormente por Lélia Gonzalez.

Maria encontra no ônibus o pai de seu filho, porém este homem estava ali para realizar um assalto. Ao fugir, os demais passageiros a acusam de ser cúmplice dos

criminosos, o que faz com que linchem Maria. A acusação é feita através dos xingamentos relacionados a sua cor. Ali, todos tornam-se juízes e algozes, refletindo o racismo estrutural que mata todos os dias impunemente:

Tudo foi tão rápido, tão breve. Maria tinha saudades do seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia segredado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com facas a laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher já estava todo dilacerado, todo pisoteado (EVARISTO, 2018, p. 42).

Em contraponto ao duro e intragável enredo de *Maria*, o último conto da coletânea surge como um suspiro de alívio na temática dilacerante. *Ayoluwa, a alegria do nosso povo* é uma narrativa em tom mítico sobre a esperança e alegria do povo negro. Em uma espécie de discurso pan-africanista, resgatando a negritude, Conceição explora, por meio da linguagem e práticas afro-brasileiras, um enredo sobre a resistência negra: “Mas Ayoluwa, alegria de nosso povo, e sua mãe, Bamidele, a esperança, continuam fermentando o pão nosso de cada dia” (EVARISTO, 2018, p. 114).

Apesar das dificuldades e perseguições que os negros têm sofrido sistematicamente, na violência a que estão expostos, seja o tráfico ou o Estado, e no espírito, pela ausência de espaços de cidadania e humanidade, o encontro com sua negritude é a chama de esperança de uma sociedade mais igualitária. A prosa poética do conto traz o ancestral, mítico e religioso do povo negro.

## **Conclusão**

O racismo estrutural e silencioso presente na sociedade brasileira tem, ao longo dos anos, negado o acesso de negros a espaços de cidadania e de educação. Vemos o genocídio do povo negro todos os dias sendo tratado como “caso isolado”, matando e encarcerando sistematicamente essas pessoas. Trazer à tona essa discussão permite que mudanças nos paradigmas sociais sejam feitas, principalmente, através do acesso democrático à educação. Viabilizar o acesso ao meio universitário é um dos passos para mudanças nas perspectivas desses sujeitos, especialmente as mulheres, por viverem o racismo e o machismo cotidianamente.

O debate, portanto, deverá ser feito a partir de outro ponto de vista: o lugar de fala da mulher negra, produtora do conhecimento e não apenas objeto de estudo. A presença de figuras femininas nos meios de produção intelectual e literária é de suma importância para a modificação do *status quo*. Mulheres como Conceição Evaristo, mostram que é possível que os sujeitos mudem de lugar e de configurações hierárquicas, abrindo caminho para estudar e conhecer as produções de outras mulheres negras silenciadas ao longo do tempo. Pensar em uma sociedade mais justa é abrir espaço para que tais obras sejam divulgadas e, mais ainda, que tod@s tenham acesso ao ambiente acadêmico, para que a história do povo negro seja rediscutida e reescrita a partir de seus próprios membros.

### Referências

- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIWAN, Pietra. *Raça Pura: Uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora*. João Pessoa: Ideia: Editora Universitária - UFPB, 2005, p. 201-212.
- \_\_\_\_\_. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: O legado da raça branca*. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira, *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244..
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitos, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.